

Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado



O MRPP INFORMA O POVO

3

16 março 76



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA
DA CANDIDATURA OPERÁRIA
DO FUNCHAL

DANILO MATOS

10-3-76

TEXTO APRESENTADO PELO CAMARADA DANILLO MATOS,
MEMBRO DO COMITÉ CENTRAL DO MRPP,
NA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA CANDIDATURA OPERÁRIA
PELO CÍRCULO ELEITORAL DO FUNCHAL.

Em nome do Comité Central do meu Partido, em nome da candidatura operária às eleições legislativas pelo círculo eleitoral do Funchal e em meu próprio nome, exprimo as mais vivas saudações a todos os trabalhadores da informação presentes.

As eleições para a Assembleia Legislativa, anunciadas pelo General Costa Gomes logo após e no rescaldo dos acontecimentos do 25 de Novembro, que se caracterizaram por uma tentativa de golpe de estado preparada e encabeçada pelo partido social-fascista do ex-ministro Barreirinhas Cunhal, surgem, e daí a sua pressa e necessidade para a classe dominante e seus partidos, num momento político particularmente importante da luta de classes no nosso país. A revolução portuguesa encontra-se num ponto de viragem: para o proletariado, os camponeses e restantes camadas de classe aliadas trata-se de acumular forças, consolidar e reforçar a sua organização, a organização do partido dos operários e dos órgãos da vontade popular, e reforçar a unidade de todo o povo, com vista a fazer avançar a revolução e levá-la até ao fim; para a classe dominante, para a burguesia no seu conjunto e para os seus partidos, trata-se de ganhar um certo tempo, unir as suas forças, fazer os preparativos necessários e reorganizar a contra-revolução, com vista a fazê-la cair sobre a classe operária e o povo, no momento mais oportuno. É uma luta de vida ou de morte entre o proletariado e a burguesia para saber se a revolução vai continuar a avançar ou, pelo contrário, vai recuar.

O pano de fundo desta situação tem a sua origem na crise profunda e na bancarrota económica em que se encontra mergulhado o sistema capitalista no nosso país, de que os aspectos mais significativos podem ser vistos nos dados seguintes, já fornecidos pelo camarada Arnaldo Matos na Conferência de Imprensa do dia 18 de Fevereiro:

"Cerca de 600 mil trabalhadores encontram-se desempregados, o que é a mais alta taxa de desemprego verificada em qualquer país capitalista, depois da II Guerra Mundial. Isto significa que cerca de 20% da população activa não auferem nenhuma espécie de salário, e que milhão e meio de pessoas do povo não tem com que sobreviver.

Para aqueles trabalhadores que ainda conservam um emprego, o Governo de coligação e os partidos que o compõem encarregaram-se, só no espaço de um mês e entre Novembro e Dezembro, de lhes extorquir dos

salários magros um desconto de 20%, que tal é a taxa do aumento do custo de vida, apenas para esse período.

No último ano, o déficit orçamental triplicou em relação ao ano anterior, passando de 11 milhões para 33 milhões de contos, sendo previsível que em 1976 atinja uma verba superior a 40 milhões. As reservas em divisas estrangeiras esgotaram-se, e as reservas de ouro esgotar-se-ão até ao fim do ano, ao ritmo a que vêm a ser malba ratadas. A balança das nossas relações comerciais com o estrangeiro verificará um déficit da ordem dos 45 milhões de contos.

Ao mesmo tempo que se assiste a esta destruição colossal do trabalho e dos trabalhadores, as restantes forças produtivas seguem o mesmo itinerário. Sete em cada dez fábricas ou empresas encontram-se em funcionamento parcial ou paralizadas. Sectores inteiros da produção industrial, como os da madeira, cortiças, papel, construção civil, têxteis, máquinas, aparelhos eléctricos, produtos metálicos e metalurgia de base encontram-se numa situação de marasmo e estagnação invencíveis.

É claro que a responsabilidade desta situação tem de ser atribuída, não ao povo trabalhador (como querem todos os reaccionários, oportunistas, conciliadores e seus lacaios) mas aos sucessivos governos de coligação, cuja natureza de classe não lhes permite pôr em prática uma política que não seja uma política capitalista, anti-operária e anti-popular, por um lado, e, por outro, uma política anti-patriótica de subordinação aos interesses de rapina do imperialismo e do social-imperialismo.

Esta situação de bancarrota económica iminente é a demonstração inequívoca de que os operários e os camponeses terão de organizar-se e levantar-se para destruir até à última raiz as relações de produção capitalistas, o sistema de exploração existente e o Estado burguês que o sustenta; é a demonstração insofismável da falência dos partidos oportunistas e da política revisionista de conciliação e coligação com o grande capital; é a prova provada de que nenhum governo provisório capitalista nem nenhum dos órgãos do Poder existente, nem nenhuma Constituinte, nem nenhuma Legislativa poderão resolver um só que seja dos problemas reais e fundamentais das massas populares.

Apenas o proletariado revolucionário, unindo estreitamente a si as massas camponesas, os sectores da pequena-burguesia e da burguesia nacional democrática, poderá e deverá resolver, à maneira proletária, a crise em que estamos atolados, com o seu cortejo de desemprego, de fome, de doença e de miséria".

Todos os partidos da burguesia desde o C"DS" fascista ao P"C"P social-fascista intensificam os seus preparativos e estão de acordo que as eleições devem realizar-se quanto mais depressa melhor. As pequenas divergências existentes entre eles foram colmatadas com a assinatura do II Pacto MFA-Partidos — um pacto dos partidos da burguesia com o grande capital — que visa, exactamente, resolver à maneira da burguesia a crise em que todo o seu sistema se encontra atolado, aumentando a exploração do povo, a fome, a miséria e o desemprego, aumentando a repressão com vista a esmagar a revolta do povo e as suas conquistas.

Para nós é claro que o momento do aprofundamento da crise tanto económica como política e militar se aproxima a passos largos. As eleições são um expediente, uma tentativa de estabelecer uma trégua

na luta de classes desviando o povo dos seus reais objectivos revolucionários com vista a adiar o aprofundamento da crise, ganhar tempo e pedir ao povo o voto que venha a legitimar a aplicação de todo um rol de medidas anti-operárias e anti-populares colocados temporariamente nas gavetas de S. Bento, mas que, a pouco e pouco, a classe dominante já começou a dar saída. Que assim acontecerá nós não temos dúvidas. Nos dias que se seguirão ao 25 de Abril, data marcada para as eleições legislativas, o povo irá deparar-se provavelmente com uma desvalorização do escudo — medida que só não foi tomada em Janeiro devido à aproximação do período eleitoral —, com um novo aumento do custo de vida da ordem dos 50%, com uma nova política de investimento de subordinação do nosso país e do nosso povo ao estrangeiro, com uma nova política de congelamento salarial, com a desocupação pela força dos latifúndios ocupados pelos assalariados rurais e camponeses pobres, etc, etc,.

Uma poderosa máquina reaccionária de propaganda da burguesia, uma poderosa máquina de fabricação de ilusões, mentiras, promessas e demagogias foi posta já em marcha. O chamado partido comunista, que é um partido social-fascista — porque se diz socialista nas palavras mas é de facto fascista nos actos — pretende marcar o ritmo dessa campanha, colocando-se de fora de todas as medidas anti-operárias e anti-populares propostas e aprovadas por ele nos sucessivos governos provisórios — que não foram nem governos, porque nunca governaram, nem provisórios, porque foram sempre constituídos pela mesma coligação —; para esse partido reaccionário como para os restantes partidos burgueses não são eles os responsáveis pela fome e pelo desemprego, pelos mais de 300.000 retornados pobres expulsos pela agressão social-imperialista em Angola e pela situação de bancarrota económica.

A hipocrisia desses partidos atinge o seu descaramento máximo sempre que é necessário caçar o voto ao povo e sempre que o seu descaramento se torna por demais evidente. Não é verdade que, por exemplo, a seguir ao 25 de Novembro, o governo, constituído por esses partidos, decretou o congelamento da contratação colectiva de trabalho e um aumento substancial dos bens de primeira necessidade e nos dias seguintes todos os seus representantes vêm a público carpir-se e desculpar-se que "não tinham nada a ver com essas medidas". Muitas promessas, que é a única coisa barata que existe no nosso mercado, vão preencher as páginas dos jornais, os programas de rádio e de televisão, com o objectivo de iludir o povo e caçar-lhe o voto a fim de legitimar a política dos capitalistas e calcar no parlamento no dia seguinte tudo o que foi prometido na véspera. Os partidos da burguesia têm essa característica que consiste em apresentar dois programas — um, o que defendem e aplicam no governo; outro, o que pretendem apresentar nos períodos eleitorais.

O nosso Partido tem apenas um programa e uma política fiel aos princípios e fiel ao povo. O nosso Partido não tem uma política de duas caras e jamais venderá, como sempre acontece e sempre aconteceu com o partido revisionista, a classe operária e o povo por meio prático de lentilhas ou por uma cadeira em S. Bento. A nossa política é e continuará a ser a política da verdade, da luta e da organização, da unidade do povo, do trabalho persistente para elevar o nível de consciência política das massas, é a política de estar sempre ao lado do povo onde quer que ele lute e de combater intransigentemente os seus inimigos de classe. É de acordo com estes princípios que nós nos candidatamos às eleições para a Assembleia Legislativa, para de-

fender no próprio terreno das eleições e do parlamento as justas lutas e aspirações do nosso povo, para que ele não se sinta abandonado "aos golpes e confabulações reaccionárias dos partidos do capital e de todos os seus lacaios, os conciliadores e traidores, para que o povo tenha uma possibilidade prática de poder escolher o seu autêntico programa popular e os seus verdadeiros representantes; representantes dispostos a lutar que não entram em negociações com a classe dominante, que não vendem nem o proletariado revolucionário, nem a luta revolucionária do povo contra o desemprego, a fome e a miséria". ("Luta Popular" de 1 de Março).

O nosso Partido não alimenta ilusões sobre a verdadeira natureza destas eleições assim como não alimenta nenhuma ilusão sobre o parlamentarismo e o sufrágio directo nos regimes sob ditadura da burguesia, sejam eles fascistas ou pintados das vestes mais democráticas. Nós sabemos que as eleições e o sufrágio capitalistas são, como dizia Lenine, a forma de "decidir periodicamente, por um certo número de anos, que membro da classe dominante calcará aos pés e esmagará o povo no Parlamento. Tal é a essência do parlamentarismo burguês, não apenas nas monarquias constitucionais parlamentares mas nas repúblicas mais democráticas".

A demonstrar tudo o que já foi dito resta lembrar ao cidadão menos prevenido que as actuais eleições para a Assembleia Legislativa são para uma Assembleia que não existe em lugar nenhum, em lei nenhuma, em nenhuma constituição. Há dez meses que uma Assembleia que se diz Constituinte, não tem feito mais do que iludir, enganar e gastar o dinheiro do povo, tudo para "elaborar" uma constituição que no fundo já tinha sido decretada pelo I Pacto MFA-Partidos. Um moinho de palavras ocas, num covil de parasitas que apenas fazem gastar o dinheiro extorquido ao povo, é o que se pode dizer dessa Assembleia Constituinte. Para além do mais, as actuais eleições para a Assembleia Legislativa são tão caricatas que ninguém neste país sabe quais os seus poderes, as suas atribuições, a sua competência, quantos anos tem de vida, o mínimo de deputados que a compõem, os que devem ser eleitos por cada círculo, nem coisa nenhuma.

Uma parte importante do nosso povo tem consciência de que os responsáveis pela crise económica em que se encontra o nosso país são única e exclusivamente os partidos da coligação governamental, mas, no entanto, alimenta ainda algumas ilusões constitucionalistas e não compreendeu a necessidade de se unir ao verdadeiro partido dos operários. Alguns partidos burgueses tentando explorar esse sentimento generalizado de uma parte do povo, sobretudo da pequena burguesia, tentam apresentar-se, como é o caso do partido dito socialista, como "o grande vencedor das próximas eleições e como o partido capaz de governar sózinho o país". Trata-se para além duma demagogia bacoca duma tentativa de esconder a perda da sua base de apoio e a santíssima aliança que esse partido firmou com os social-fascistas do P"O"U. Enganam-se os trabalhadores que porventura vão atrás dessa demagogia, vinda desse partido ou de outro qualquer, porque o traço característico da actual situação política continua a ser a crise do poder, pelo que quando os partidos burgueses juntos não conseguem governar não há nenhum de entre eles que o possa fazer, uma vez que as causas que determinaram essa situação residem na aguda luta de classes que opõe o proletariado à burguesia.

Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem neste momento duas questões extremamente importantes da Revolução Portuguesa. Todas

as classes e todos os partidos tomam as suas posições e definem a sua política para estas duas partes do território nacional, consoante os interesses que cada uma delas (classes) ou deles (partidos) pretende atingir. Do nosso ponto de vista, o destino e o avanço da nossa revolução estão directamente ligados ao avanço e desenvolvimento da revolução nestes arquipélagos.

A Madeira viveu sempre em regime que se pode considerar de semi-colonial, onde as relações de produção, particularmente no campo, foram e são ainda de natureza quase feudal, sendo de 44% o número de explorações que se encontram sob o regime de colónia ou de arrendamento rural e de 50% a população activa que vive e trabalha na agricultura.

Durante os 48 anos de ditadura fascista, que explorou e oprimiu o nosso povo, a Madeira foi sempre considerada pelas camarilhas de Salazar e Caetano como uma estância balnear para a burguesia, como uma fonte de receitas, como uma colónia, onde os impostos e os produtos nacionais eram mais caros, os salários mais baixos, onde a taxa de mortalidade infantil era a mais alta de Portugal, o analfabetismo ultrapassava os 60% da população, o povo vivia subalimentado na fome e na miséria e a única saída para melhorar as suas condições de vida encontrava-se na emigração. Só nos últimos 20 anos da ditadura salazarista mais de 100 mil madeirenses foram forçados a deixar o seu lar como única forma de não morrer à fome. A Madeira pode considerar-se a parte constitutiva do território nacional mais explorada e oprimida pelo regime fascista. Não obstante tudo isso, o nosso povo pode orgulhar-se da sua tradição de luta e do heroísmo com que enfrentou todas as dificuldades que a classe dominante sempre lhe interpôs no caminho.

O 25 de Abril trouxe algumas ilusões a certos sectores das massas, mas uma parte, em especial os camponeses, não acreditou nas promessas que lhe foram feitas e manteve-se, conhecedora do seu passado e dos seus problemas, numa atitude de desconfiança. Eles tinham razão para isso e a vida já se encarregou de demonstrá-lo. Não é verdade que nenhum problema do povo da Madeira foi resolvido? Não é verdade que a situação de crise da agricultura, o desemprego, o custo de vida, o analfabetismo, a doença não só se mantiveram como se agravaram? Não é verdade que os camponeses pobres há dois anos que esperam pelo decreto sobre a colónia e ele nunca mais foi feito? E que os três projectos apresentados pelos representantes dos senhorios nenhum serve ao povo?

Todos os representantes da burguesia na Madeira, todos os partidos burgueses e os órgãos do poder local falam de autonomia, do porto franco, do prolongamento do aeroporto, do turismo, etc. Todos falam daquilo que interessa à burguesia, mas ninguém fala nos reais problemas do povo e na forma de os resolver.

Que interessa ao povo um prolongamento do aeroporto que não só custará 3 milhões e meio de contos como ainda por cima ficará ao serviço do exército agressivo da NATO? A realização desse projecto é a prova provada dos reais interesses que movem os governantes locais e o governo provisório e revela quais as prioridades que à Madeira estão reservadas. Não será verdade que com esse dinheiro, que é do povo, uma parte dos problemas da agricultura madeirense poderiam ser solucionados, as comunicações melhoradas, a saúde e a assistência médica resolvidas, o analfabetismo eliminado, a água e a electricidade podiam chegar a todas as casas, os portos de abrigo construídos e uma educação e uma cultura podiam estar ao alcance de todo o povo! Não será mais uma hipocrisia do governo provisório que se arvora em defensor da

independência nacional e que com este projecto pretende cravar mais um espinho na soberania e independência da nossa pátria? Naturalmente não é por acaso que a maior parte das ilhas portuguesas se encontram actualmente com bases pertencentes a países da NATO.

Se fosse o povo que estivesse no poder sem dúvida que isso não aconteceria. Toda a política económica para a Madeira seria definida numa fórmula muito mais simples que consistia em tomar a agricultura como base. Tudo o que seja afastar-se desta fórmula é continuar a manter o povo na fome e na miséria e fazer uma política que interessa à burguesia e aos imperialistas estrangeiros.

Que assim é nós já sabemos, basta vermos o que se passa com a colónia, com a banana, com a cana-de-açúcar, o vinho, a cebola, com o preço da água, com o preço dos adubos, com a lei do arrendamento rural, com o crédito agrícola, etc.

Tomemos o exemplo da colónia que compreende cerca de 30% da exploração agrícola. Só um governo defensor dos interesses dos senhores está interessado em adiar sucessivamente este problema e em não dar satisfação às reais aspirações dos caseiros à terra, que já foi paga pelos seus avós, pelos seus pais e por eles próprios. No governo dos operários e camponeses os dois primeiros decretos que seriam publicados, no que se relaciona à Madeira, seriam precisamente o que extinguiu a colónia e a entregava pura e simplesmente aos caseiros e o decreto que estabeleceria um regime especial para a Madeira, ou seja o decreto sobre a concessão duma ampla autonomia.

Nós comunistas somos a favor e defensores dum estatuto de autonomia para o arquipélago da Madeira. A autonomia serve uma ou outra classe consoante o regime em que o povo vive. A autonomia como está a ser colocada e defendida pela burguesia local e pelos seus partidos não pode servir os interesses do povo; em última análise, tal como se pode ver com o projecto de estatutos de autonomia dos Açores, serve para consolidar as posições da burguesia, aumentar a exploração do povo e criar as condições para a separação da nossa terra do resto da nossa pátria. Essa autonomia é colocada em termos de contradição entre os capitalistas da Madeira e os do continente e a luta está a desenvolver-se para ver qual deles fica com a maior fatia da exploração do povo madeirense.

Nós vemos a autonomia no quadro da unidade nacional do nosso povo e da nossa pátria e no quadro do Estado dos operários e camponeses e de acordo com a forma como ele será organizado. Simplesmente todos os reaccionários tentam sempre pescar em águas turvas. Ao descontentamento do nosso povo, à situação de crise em que se encontra toda a economia da Madeira, os partidos da burguesia tentam apresentar a autonomia e alguns até a independência, como salvadoras de todos os males. É uma tentativa de escamotear a verdadeira luta de classes que opõe os explorados e oprimidos aos exploradores e opressores e desviar o povo da luta pela sua libertação completa. Os próximos tempos demonstrarão aos mais iludidos que a autonomia prometida e em vésperas de ser concedida não pode ser alcançada com a formação dum governo local, duma Junta Governativa ou qualquer outro órgão do género, pela simples razão de que não é o povo que está nesses órgãos, mas os partidos que durante dois anos já demonstraram a sua falência política e os interesses que defendem.

Se a actual Junta Governativa não resolve nenhum problema do povo da Madeira, não é, como pretendem certos reaccionários, porque

ainda não foi aprovado o estatuto. Porque não resolve a Junta Governativa a situação de fome em que se encontram as operárias da indústria electrónica (edifício Girassol) ? Bastaria que ela aplicasse a lei geral do país que regulamenta estes casos. Porque teima em defender o Blandy e não as operárias ? Porque é que a Junta diz que a portaria dos metalúrgicos não se aplica à Madeira ? Será que os operários metalúrgicos madeirenses não são tão explorados como os outros seus irmãos de classe ? Por estes dois exemplos os operários e os trabalhadores poderão raciocinar e ver o que lhes reserva o tão prometido estatuto de autonomia.

Por outro lado, o sector mais reaccionário da burguesia local, a burguesia fascista, aqueles que no regime anterior metiam na cadeia o simples cidadão que falasse na autonomia, os que se arvoravam em paladinos do "Portugal multiracial e multi-nacional" e outras coisas no género, são agora os cabecilhas de organizações terroristas e separatistas, organizações que têm a cumplicidade e a cobertura de certos partidos ditos "democráticos" e de certas autoridades locais. A independência significa a entrega do nosso arquipélago ao imperialismo ou ao social-imperialismo.

Ao dizer que não se oporia a que se "discutisse pública, teorica e economicamente a viabilidade da independência da Madeira", a autoridade máxima deste distrito está, objectiva ou subjectivamente tanto faz, a dar cobertura aos separatistas, às suas organizações e aos seus actos e ao referendun que elas preconizam.

O povo da Madeira deve levantar-se e vai levantar-se contra todas essas organizações reaccionárias ao serviço do imperialismo estrangeiro.

Como comunistas, nós queremos aproveitar esta oportunidade para expôr aos trabalhadores da informação presentes, alguns dos quais pertencem a jornais católicos, para expôr a nossa posição acerca da religião.

O falso partido comunista apresentou sempre este problema de uma forma reaccionária, com o objectivo de colocar uma parte do povo contra outra.

Na Madeira pode dizer-se que mais de 80% do povo explorado professa a religião católica. Nós não somos indiferentes à religião. Para nós cada cidadão tem o direito de ter a religião que quiser ou de não ter nenhuma religião, como é em geral o caso dos comunistas, e lutamos por instaurar um Estado onde a liberdade religiosa, a par de outras liberdades, esteja perfeitamente assegurada.

Nós temos uma concepção do mundo e da religião e não abdicamos dela. Pensamos que, como nos ensina Marx, a religião é o ópio do povo e mergulha as suas raízes no sistema de exploração. Para nós a unidade do povo faz-se não à volta da religião mas sim à volta da condição de explorado e oprimido, e é de acordo com este princípio que nós subordinamos toda a nossa propaganda. Nós defendemos as nossas posições ideológicas e admitimos que os católicos, em termos também ideológicos, ataquem as nossas ideias e discutam connosco as nossas concepções filosóficas. Trata-se de discutir através do diálogo, as concepções recíprocas dos comunistas e de outros elementos do povo que professam uma religião, porque para nós não é através de qualquer sermão ateu que a questão religiosa pode ser resolvida, discutida e abordada. Nós pensamos ainda que é uma condição necessária para haver uma verdadeira liberdade religiosa no nosso país, a satisfação das reivindicações se

guintes que os católicos deviam fazer também suas: a separação da Igreja do Estado e a separação da Igreja da escola. Estas duas reivindicações são a garantia de que qualquer confissão religiosa possa manter os institutos educativos necessários para preparar os seus quadros e defender a sua concepção religiosa do mundo entre os seus prosélitos. Como comunistas, não nos opomos a que a Igreja tenha os seus seminários e exerça o múnus sacerdotal nas igrejas.

Uma série de partidos e grupúsculos apresentaram as suas candidaturas pelo círculo do Funchal; alguns de entre eles o povo não os conhece de parte nenhuma e têm como único objectivo lançar a confusão e abrir o caminho ao partido social-fascista de Barreirinhas Cunhal. Devemos destacar, pela sua prática contra-revolucionária, os casos do M"ES" e da U"P"M/U"DP". O primeiro teve de recorrer aos seus estudantes do continente para apresentar a sua candidatura, e o segundo, serviu-se dos oportunistas da U"P"M não só para absorvê-los como também utilizá-los como tropa de choque nos ataques ao meu partido. É óbvio que o objectivo desses provocadores é servir de cão de trela ao P"CP para que melhor possa cumprir os seus objectivos.

Todos os partidos iniciaram já a sua campanha eleitoralista.

Para nós as razões e os objectivos da nossa participação já foram apontados. Trata-se de defender o programa da Revolução Democrática e Popular, o programa do Pão, da Paz, da Terra, da Liberdade, da Democracia e da Independência Nacional para o povo português, defender a aplicação da semana das 40 horas e do controlo operário, defender a organização e a luta revolucionária do povo madeirense contra a fome, a miséria e o desemprego, apoiar com todas as nossas forças a luta dos camponeses pobres, dos caseiros e dos assalariados rurais, a sua luta por uma política popular de auxílio, de crédito e de comercialização dos seus produtos, a colónia para os colonos, a defesa da organização de todos os trabalhadores nos seus sindicatos, nas suas comissões de trabalhadores e a criação da União dos Sindicatos da Madeira, defender a criação de condições para que os emigrantes que quiserem possam voltar à sua terra, exigir a nacionalização de todos os monopólios estrangeiros, defender uma autonomia para o povo e dirigida pelo povo para que ele possa planificar a sua economia e pô-la ao seu serviço e combater a autonomia dos capitalistas e para os capitalistas.

Se soubermos fazer tudo isso, ainda que as nossas forças sejam relativamente pequenas, o povo vai apoiar-nos. Ele será o grande vencedor das eleições, porque vai elevar a sua consciência política, vai fortalecer a sua organização e a sua unidade, vai conhecer melhor os seus amigos e os seus inimigos e vai passar a olhar para um horizonte mais vasto e mais feliz.

Funchal, 10 de Março de 1976.